

O DESEMPENHO DA EDUCAÇÃO NA PARAÍBA: UMA ANÁLISE DOS INDICADORES EDUCACIONAIS E DE SEUS DETERMINANTES

THE PERFORMANCE OF EDUCATION IN PARAÍBA: AN ANALYSIS OF EDUCATIONAL INDICATORS AND THEIR DETERMINANTS

Cinthia Costa Maia¹

Tomás Martins Venancio Paes de Carvalho²

RESUMO: Atualmente, o Nordeste é a região com a maior taxa de analfabetismo no Brasil, com 14% da população incapaz de escrever uma carta simples. Além disso, essa região abriga 48 dos 50 municípios do país com uma taxa igual ou superior a 30% de pessoas que não sabem ler e escrever (IBGE, 2024). Na Paraíba, que está entre os três estados com os piores índices de educação da região, a implementação de políticas educacionais tem sido um desafio contínuo, refletindo-se nos indicadores educacionais ao longo dos anos. Diante desse cenário, este artigo visa contribuir para o debate educacional na Paraíba, uma vez que a literatura sobre a educação no estado é escassa. O estudo utiliza dados secundários fornecidos pelo governo federal, incluindo o censo de 2010 e o recém-divulgado censo de 2022, além do Ideb (2007-2021). Adicionalmente à apresentação desses dados, busca-se compreender os fatores subjacentes ao desempenho educacional das escolas públicas de ensino básico do estado. A partir das análises, foi possível identificar que os entraves à educação na Paraíba ainda são numerosos, incluindo fatores socioeconômicos, infraestrutura escolar e a taxa de permanência dos alunos.

1

Palavras-chave: Educação na Paraíba. Políticas educacionais. Indicadores educacionais.

ABSTRACT: Currently, the Northeast is the region with the highest illiteracy rate in Brazil, with 14% of the population unable to write a simple letter. Additionally, this region is home to 48 of the 50 municipalities in the country with an illiteracy rate equal to or greater than 30% (IBGE, 2024). In Paraíba, which is among the three states with the worst education indices in the region, the implementation of educational policies has been a continuous challenge, reflected in the educational indicators over the years. Given this scenario, this article aims to contribute to the educational debate in Paraíba, as the literature on education in the state is scarce. The study utilizes secondary data provided by the Federal Government, including the 2010 census and the recently released 2022 census, as well as the Ideb (2007-2021). In addition to presenting these data, the study seeks to understand the underlying factors affecting the educational performance of public elementary schools in the state. From the analyses, it was possible to identify that the obstacles to education in Paraíba are still numerous, including socioeconomic factors, school infrastructure, and student retention rates.

Keywords: Education in Paraíba. Educational policies. Educational indicators.

¹Doutoranda em Economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Mestre em Economia pela Universidade Federal Fluminense (UFF).

² Mestrando em Economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Bacharel em Economia pela Universidade Federal Fluminense (UFF).

INTRODUÇÃO

Historicamente, a região Nordeste é marcada por uma extrema desigualdade regional em comparação com as demais regiões do país, exceto o Norte. O debate acerca dos entraves ao desenvolvimento regional não é novo; no entanto, não houve avanços significativos quanto a essa questão. É unânime hoje a opinião de especialistas de que uma das condições necessárias para a superação da pobreza e desigualdade é o acesso a uma educação de qualidade.

No recente censo de 2022, divulgado em maio de 2024, foi possível entender melhor o panorama da educação brasileira e suas diferentes regiões. Atualmente, o Nordeste é a região com a maior taxa de analfabetismo no Brasil, com 14% da população incapaz de escrever uma carta simples. Além disso, essa região abriga 48 dos 50 municípios do país com uma taxa igual ou superior a 30% de pessoas que não sabem ler e escrever (IBGE, 2023). A Paraíba está entre os três estados com os piores índices de educação da região, ficando atrás apenas de Alagoas e Piauí. Neste sentido, a Paraíba encontra um cenário desafiador no que tange às políticas educacionais.

Diante desse cenário, este artigo visa contribuir para o debate econômico-educacional na Paraíba. Apesar da disponibilidade de indicadores educacionais produzidos por órgãos oficiais, ainda são escassos estudos que realizem uma análise integrada da realidade educacional paraibana, articulando informações provenientes do Censo Demográfico, do Ideb e de outros indicadores de desempenho com a evolução das políticas públicas implementadas no estado. Dessa forma, permanece uma lacuna na literatura quanto à compreensão dos fatores que explicam o desempenho educacional da Paraíba para além da simples descrição dos indicadores. Este artigo busca preencher essa lacuna ao reunir diferentes bases de dados oficiais e interpretá-las de forma conjunta, relacionando os resultados observados aos condicionantes socioeconômicos, à infraestrutura escolar, à permanência dos estudantes e às políticas públicas educacionais.

A metodologia utilizada nesta pesquisa é uma análise quali-quantitativa. A análise quantitativa baseou-se em dados secundários fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), utilizando-se mais precisamente dos censos de 2010 e de 2022. Também foram utilizados dados fornecidos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), mais especificamente os dados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) de 2007 a 2021, abrangendo o ensino básico das escolas públicas que compreendem o Ensino Fundamental - Anos Iniciais (1º ao 5º ano), Ensino Fundamental - Anos Finais (6º ao 9º ano) e os três anos do Ensino Médio das escolas públicas. A análise qualitativa

foi realizada a partir de artigos acadêmicos e relatórios fornecidos por diversas instituições, incluindo a Secretaria da Educação da Paraíba do Governo da Paraíba.

A partir desta análise, foi possível identificar tanto alguns avanços na educação paraibana, como a melhoria gradual do Ideb, quanto os entraves a essa melhoria, tais como fatores socioeconômicos dos alunos, infraestrutura escolar e taxa de permanência dos alunos.

Para cumprir o objetivo proposto, o presente trabalho está dividido em quatro seções, além desta introdução. Na seção 2, discutem-se os índices educacionais apresentados no censo, comparando o desempenho educacional da Paraíba nas duas últimas décadas, bem como os dados do Ideb, faz-se breves comparações entre o desempenho das diversas regiões do país, compara-se a média brasileira, a média nordestina e a média paraibana. A terceira seção apresenta as políticas educacionais paraibanas, analisa os indicadores educacionais das escolas públicas e mostra as possíveis causas e consequências desses indicadores. A quarta seção sumaria e conclui o artigo.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

2. O que mostra os Censos de 2010 e 2022: A Educação no Brasil e no Nordeste

A realidade da educação no Brasil ainda é distante daquela que entende-se como ideal e 3
falha em alcançar taxas satisfatórias de aprendizado nas principais provas nacionais e internacionais. Avaliações de diagnóstico, como o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb)³, frequentemente apresentam resultados desanimadores acerca dos principais temas de disciplinas como Português e Matemática. Em 2021, por exemplo, ano da última prova Saeb com resultados divulgados, os resultados mostraram que 46,7% dos estudantes de 2º ano do ensino fundamental das escolas de rede pública no Brasil se concentram nos níveis mais baixos de proficiência de Língua Portuguesa, com profundas dificuldades de compreensão de texto e escrita (Brasil, 2023).

Embora tal realidade não seja novidade no debate da educação, sendo inclusive de amplo conhecimento acadêmico e civil, as insistentes desigualdades e fragilidades no sistema educacional brasileiro demandam também insistentes pesquisas, debates e políticas públicas. Talvez o indicador mais básico, e por isso fundamental, da evolução da educação num dado país

³ A prova é aplicada pelo Ministério da Educação (MEC) a cada dois anos a estudantes de 2º, 5º e 9º anos do ensino fundamental e do ano final do ensino médio de escolas da rede pública, em formato padronizado. Até 2018 era chamada de Prova Brasil, passando posteriormente a se chamar SAEB e integrar o sistema de avaliação da rede básica existente desde a década de 1990.

seja a taxa de alfabetização de sua população, e no Brasil esta análise ganhou detalhes mais profundos nos tempos recentes.

Com dados divulgados em maio de 2024 através do relatório “Censo Demográfico 2022: Alfabetização: Resultados do Universo”, o Censo Demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2022 trouxe importantes informações sobre os níveis absolutos e as taxas de alfabetização no Brasil. Sob a escolha de averiguar os dados referentes às pessoas de 15 anos ou mais de idade — padrão internacional na aferição da taxa de alfabetização⁴ —, a publicação aborda recortes referentes à Região, Faixa Etária, Sexo e Cor ou Raça. Os resultados mostram uma melhoria geral no percentual de pessoas alfabetizadas em diferentes recortes, mas o que ficará evidente e será aqui destacado é que a alfabetização — e a educação de modo geral — no país ainda tem um grande problema a resolver: a desigualdade.

No ano da pesquisa, havia cerca de 163 milhões de pessoas de 15 anos ou mais de idade no Brasil, das quais 11,4 milhões não sabiam ler ou escrever um bilhete simples — o equivalente a 7,0% da população nesta faixa etária. A taxa, porém, é menor do que a observada em levantamentos censitários anteriores, e segue uma tendência de melhora observada pelo menos desde 1940, quando o analfabetismo atingia 56% da população brasileira (IBGE, 2024).

A melhora que se observa na taxa geral não é presente nos grupos sociais de forma equivalente quando se desagregam os dados. Quando a desagregação é feita por cor ou raça, por exemplo, percebe-se que a taxa de analfabetismo entre pessoas pretas e pardas ainda representa mais que o dobro daquela de pessoas brancas — 10,1% para pessoas pretas, 8,8% para pardas e 4,3% para brancas. Para pessoas indígenas, a taxa foi de 16,1%, quase quatro vezes maior que a de pessoas brancas. No entanto, ao realizar o comparativo com o censo anterior, de 2010, identifica-se que a distância entre todos os grupos quando comparado ao grupo de pessoas de cor ou raça branca diminuiu, sendo a menor redução para a população preta, que saiu de uma diferença de 8,5 pontos percentuais para 5,8 (*ibidem*).

A desigualdade de cor ou raça se segue, inclusive, quando se analisa os grupos etários. Tanto para o caso da população branca, quanto para as populações preta e a parda, o índice de analfabetismo atinge seu máximo para o grupo de 65 anos ou mais de idade. A diferença, porém, é grande: enquanto para a população branca tal índice é de 12% da população na faixa etária, para o grupo de pessoas pardas chega a 29% e de pessoas pretas a 33%. Ou seja, uma a cada três pessoas

⁴ Ver Principles and Recommendations for Population and Housing Censuses. New York: United Nations, 2017. Disponível em: <<https://unstats.un.org/unsd/demographic-social/Standards-and-Methods/>>

pretas de 65 anos ou mais de idade no Brasil eram analfabetas em 2022, índice quase três vezes maior que aquele observado para o mesmo grupo em pessoas brancas (*ibid.*).

A desagregação mais importante para os fins do presente trabalho, entretanto, é feita por Grandes Regiões e UFs, que mostra avanços significativos acompanhados de disparidades persistentes. A taxa de alfabetização no Nordeste, que apresentou melhora importante desde o Censo 2010, saindo de 80,9% para 85,8%, ainda representa o menor índice entre as Grandes Regiões e indica que mais de 14% da população nordestina ainda sofre com o analfabetismo, o dobro da média nacional. Apesar da evolução nordestina, a disparidade regional ainda é elevada: o melhor índice foi apresentado pela Região Sul, onde 96,6% da população era alfabetizada, 10,8 pontos percentuais a mais que o Nordeste (*ibid.*).

A disparidade regional é verdadeira, inclusive, quando se analisa os diferentes grupos etários. Na realidade, tal desigualdade se torna ainda mais acentuada. Enquanto para as regiões Norte e Nordeste a taxa de analfabetismo é superior a 2% para todas as faixas de idade, no Centro-Oeste isso ocorre apenas a partir de 35 a 44 anos, e no Sul e Sudeste apenas a partir de 45 a 54 anos. Para o grupo de pessoas com 65 anos de idade ou mais, a taxa de analfabetismo no Nordeste é 3,5 vezes maior do que a registrada no Sul para o mesmo grupo — 39,4% e 11,3%, respectivamente (*ibid.*).

Os resultados do censo 2022 mostram também que enquanto todos os 50 municípios com melhores taxas de alfabetização se concentravam nas regiões Sul e Sudeste do país, o Nordeste abrigava 48 dos 50 municípios brasileiros com taxas de analfabetismo superiores a 30%. Ainda, nota-se que nenhum estado nordestino possuía mais de 90% de sua população alfabetizada, sendo o maior percentual observado na Bahia (87,4%), ocupando todas as nove piores colocações no *ranking* de estados. Alagoas (82,3%), Piauí (82,8%) e Paraíba (84,0%) são os três estados com as piores taxas de alfabetização em todo o Brasil.

O panorama geral dos dados sobre alfabetização no país divulgados pelo IBGE mostra, portanto, evolução nas taxas em todo o país e para todos os recortes feitos no relatório debatido nesta seção. Entretanto, fica evidente também que algumas disparidades ainda são profundas na realidade educacional brasileira, como as raciais — que se acentuam na análise etária — e regionais. Especial destaque negativo, todos os estados com piores taxas de alfabetização são do Nordeste, e 96% dos cinquenta municípios com as piores taxas ficam na mesma região. Com uma taxa de analfabetismo superior a 14%, o dobro da taxa nacional, a região Nordeste apresenta também taxas superiores a 2% para todos os grupos etários.

Se o acesso à educação deve ser entendido como direito social e a alfabetização como seu pressuposto básico, os dados destacados nesta seção indicam que o Nordeste merece especial atenção na análise da situação do sistema educacional no Brasil. Todavia, o panorama apresentado até o momento é ainda inicial em relação às características da população brasileira, demandando uma base mais consolidada de análise. Nos voltamos, então, para a análise do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) no Brasil e no Nordeste nos anos recentes, a fim de aprofundar os temas investigados até o momento e fornecer um melhor direcionamento para as seções seguintes.

2.1 O que mostra o Ideb: Um breve panorama sobre o Brasil e as Regiões Brasileiras

Com a promulgação da Constituição Federal Brasileira em 1988, o Brasil passou a se empenhar na construção de um sistema educacional baseado em políticas públicas do Estado. No artigo 23 da Constituição, é possível constatar que é de competência comum entre os entes federados garantir acesso à cultura, à educação e à ciência. Isso demonstra que a educação é um direito fundamental e que a sua garantia é uma obrigação do Estado. A carta magna brasileira aponta que, além de formar mão de obra para o mercado de trabalho, a educação visa garantir o desenvolvimento da pessoa humana como cidadã para a sociedade (Oliveira, Nogueira e Rocha, 2023; Cara e Pellanda, 2018).

6

Desde então a educação pública brasileira passa por avanços e discontinuidades⁵, podemos citar enquanto avanço o Ideb, o Ideb lançado em 2007 com o intuito de mensurar os níveis de aprendizado no país, é o resultado da combinação de dois outros indicadores: i) a pontuação média dos estudantes em exames padronizados⁶ de português e matemática ao final de determinadas etapas da educação básica (5º e 9º anos do ensino fundamental; 3º ano do ensino médio); ii) a taxa média de aprovação dos estudantes na etapa correspondente de ensino. Representando um parâmetro para a busca de uma educação de qualidade, o índice foi incluído de maneira central no Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, com aumentos gradativos em seus valores para atingir metas intermediárias e finais até o término da vigência do Plano (Bof, Rodrigues e de Oliveira, 2023).

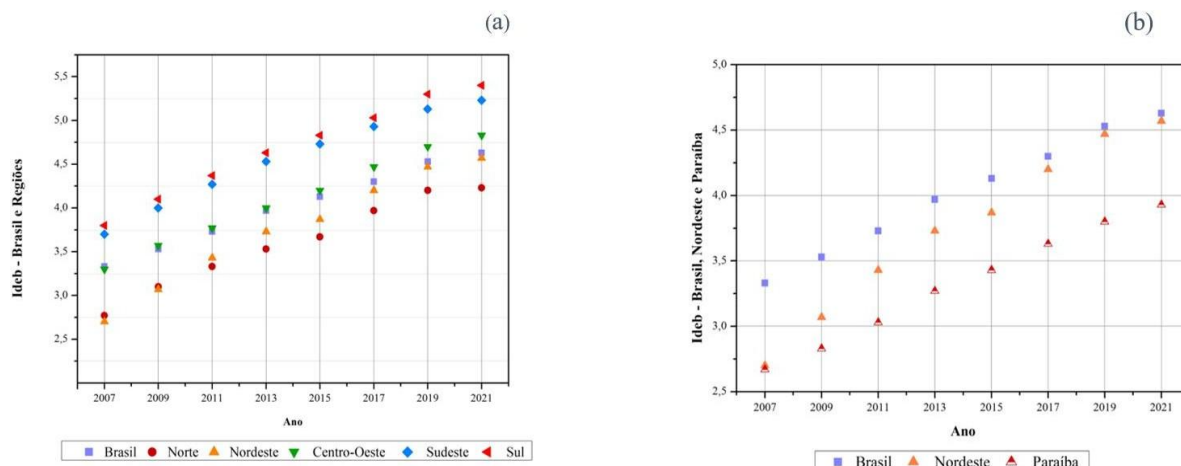
Ao longo da trajetória de monitoramento da aprendizagem pelo Ideb (2007-2021),

⁵Para maiores informações, ver Oliveira, Nogueira e Rocha (2023).

⁶Os exames padronizados são compostos por provas de Matemática e Português e, a partir de suas notas, calcula-se a média da proficiência em ambas, padronizada para estar entre zero e dez, de forma que $0 \leq IDEB \leq 10$ (Fernandes, 2007).

constatou-se que as regiões Norte e Nordeste se encontram abaixo da média nacional em grande parte do período. Isso pode ser observado no gráfico⁷ “(a)” a seguir:

Gráfico 1 – Ideb: Média do Brasil e Média das Regiões (2007-2021)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Governo Federal – INEP (2024).

No que tange ao Norte, é possível averiguar que, durante todos os anos em que os exames foram aplicados, essa região se manteve abaixo das médias nacionais, com um resultado de 2,7 em 2007, enquanto a média nacional era de 3,3. Já em 2021, a nota do Norte era de 4,2, enquanto a nacional era de 4,6. No que diz respeito ao Nordeste, em 2007 a proficiência da região era de 2,7, e em 2021, o Nordeste se aproximou mais da média nacional, com uma proficiência de 4,5 no Ideb (INEP, 2024).

Com relação às demais regiões, observa-se que o Centro-Oeste esteve perto das médias nacionais nos anos iniciais de monitoramento e, a partir de 2017, passou a apresentar proficiências maiores que a média nacional. Quanto ao Sudeste e ao Sul do país, é possível constatar que, desde o início do monitoramento, essas regiões possuem níveis de proficiência em português, matemática e taxas de aprovação superiores à média brasileira (INEP, 2024).

2.1.1 O que nos mostra o Ideb: breves considerações acerca da Paraíba

No que tange a educação paraibana, o panorama não é muito diferente do que se observa na região Nordeste, em comparação com a média dos indicadores educacionais brasileiros. Apesar dos grandes avanços educacionais nos últimos 17 anos, o estado ainda se encontra, em

⁷ Os dados em questão são a média dos seguintes exames do Ideb: Ensino Fundamental - Anos Iniciais (1º ao 5º ano), Ensino Fundamental - Anos Finais (6º ao 9º ano) e os três anos do Ensino Médio das escolas públicas. A mesma metodologia foi utilizada para ambos os gráficos.

toda a sua trajetória, muito abaixo da média brasileira, conforme o gráfico (b) ilustra.

No ano inaugural da prova de monitoramento, é possível verificar que o Nordeste e a Paraíba apresentaram resultados similares. O Nordeste obteve uma nota de proficiência de 2,7, enquanto a Paraíba obteve 2,6. No decorrer da trajetória 2009-21, é possível observar uma melhora tanto nos indicadores nordestinos quanto nos paraibanos. No entanto, cabe ressaltar que a Paraíba ainda está longe de atingir a média nacional. Por exemplo, na trajetória 2017-21, o Brasil obteve um resultado de proficiência de 4,8 no Ideb, enquanto a Paraíba obteve 3,7. O Nordeste, por sua vez, obteve uma média de 4,4. Diante disto, questiona-se: uma vez que a média nordestina do Ideb vem crescendo nos últimos anos, o que pode explicar o fato de que os indicadores educacionais paraibanos não obtiveram um avanço similar aos do Nordeste? A seção a seguir tratará acerca das possíveis explicações para o desempenho da educação paraibana.

3. Educação pública na Paraíba: políticas, indicadores e desafios

Entre 2007 e 2019, a Paraíba implementou diversas políticas públicas educacionais com o objetivo de melhorar a qualidade do ensino, a infraestrutura escolar e a inclusão social. Muitas dessas políticas foram desenvolvidas em parceria com o governo federal, enquanto outras foram ações específicas do governo estadual.

3.1 Políticas em parceria com o governo federal

O Programa Mais Educação, uma iniciativa federal, focou na ampliação da jornada escolar e na oferta de atividades complementares, proporcionando uma educação integral que incluía esportes e artes (INEP, 2020). O Programa Caminhos da Escola, também federal, visou facilitar o acesso dos alunos às unidades de ensino por meio da aquisição de veículos para o transporte escolar, beneficiando especialmente áreas rurais e de difícil acesso (INEP, 2020). Para apoiar famílias de baixa renda, o Programa Bolsa Escola, uma política federal de transferência de renda, ofereceu auxílio financeiro, incentivando a permanência das crianças na escola (INEP, 2020).

Adicionalmente, o Programa Brasil Alfabetizado, voltado para a alfabetização de jovens, adultos e idosos, foi uma importante iniciativa federal implementada no estado para combater o analfabetismo (INEP, 2020). O Programa Nacional de Tecnologia Educacional (ProInfo) introduziu tecnologias nas escolas públicas, integrando a educação digital no currículo (INEP, 2020). A alimentação escolar foi assegurada pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar

(PNAE), que forneceu refeições balanceadas para os estudantes, garantindo a segurança alimentar e nutricional nas escolas (INEP, 2020). O Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem) combinou educação e formação profissional para jovens, visando sua inserção no mercado de trabalho (INEP, 2020).

3.1.1 Ações específicas do governo da Paraíba no período de 2007-19

De acordo com um relatório do Unibanco (2019), em 2016, foram identificadas 41 políticas educacionais paraibanas com os mais diferentes objetivos. A exemplo do Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica (PADEB) foi uma ação específica do governo da Paraíba, focada na qualificação de professores e na melhoria da gestão escolar. Este programa investiu em formação continuada para educadores e em práticas de gestão escolar eficientes, com o objetivo de elevar a qualidade do ensino na rede estadual (INEP, 2020). A tabela 1 a seguir resume os tipos de políticas educacionais, sua quantidade e objetivos:

Tabela 1 - Políticas Educacionais Paraibanas: Tipos, Objetivos e Exemplos

Quantidade	Tipo	Objetivo	Exemplo
01	Recursos Didáticos	Desenvolvimento e implementação de recursos didáticos e tecnológicos para apoiar o ensino.	Educação Digital ProInfo
03	Prêmios e Concursos	Reconhecimento e premiação de boas práticas na educação.	Prêmio Mestres da Educação, Prêmio Escolas de Valor
20	Currículo e Trabalho Pedagógico	Melhoria e inovação do currículo escolar e práticas pedagógicas.	Projeto de Intervenção Pedagógica (PIP), Programa Gira Mundo, PBuni
12	Ações de Integração	Promoção da integração e colaboração entre diferentes atores e setores.	Prêmio Solução Nota Dez, Programa Jovens Embaixadores, Esporte na Escola
01	Avaliação	Uso de sistemas de avaliação para medir e melhorar a qualidade da educação.	Sistema de Avaliação da Educação da Paraíba – Avaliando IDEPB
02	Infraestrutura e Acesso	Melhoria da infraestrutura escolar e garantia de acesso à educação de qualidade.	Casa do Estudante da Paraíba, Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE-PB)
02	Formação	Capacitação e desenvolvimento profissional para educadores e gestores escolares.	Programa Formação pela Escola, projetos de formação continuada à distância

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Instituto Unibanco (2019).

Estas políticas refletem um esforço abrangente para melhorar a qualidade do ensino e promover a inclusão social. As ações foram desenvolvidas tanto pela Secretaria de Educação do Estado da Paraíba (SEE-PB) quanto em parceria com o Ministério da Educação (MEC) e outros órgãos governamentais e da sociedade civil (Instituto Unibanco, 2019).

Entre as principais políticas, destaca-se o Sistema de Avaliação da Educação da Paraíba, cuja diretriz é assegurar a melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem na rede pública estadual. Este sistema estabelece metas e é orientado por resultados, visando a melhoria dos

indicadores educacionais, especialmente o Índice de Desenvolvimento da Educação da Paraíba (IDEPB) (Instituto Unibanco, 2019).

Outro programa relevante é o PBVest, um curso pré-vestibular gratuito oferecido pela SEE-PB, destinado a estudantes do ensino médio, com o objetivo de prepará-los para o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e outros processos seletivos. Este programa exemplifica o foco em currículo e trabalho pedagógico, visando reforçar os conhecimentos dos alunos e ampliar suas chances de acesso ao ensino superior (Instituto Unibanco, 2019).

A Paraíba também implementou a Escola Cidadã Integral e a Escola Cidadã Integral Técnica (Ecit), programas que promovem a educação integral e técnica, respectivamente. Estas iniciativas são fundamentais para a formação integral dos jovens, articulando diversas ações educativas em consonância com os projetos político-pedagógicos das escolas (Instituto Unibanco, 2019). Além disso, o estado participa de diversos programas federais, como o Pronatec, Programa Brasil Alfabetizado, Projovem Urbano e Campo, Programa Bolsa Família, entre outros. Estes programas são desenvolvidos em parceria com o MEC e têm como objetivo ampliar o acesso à educação e melhorar a qualidade do ensino em várias frentes, desde a alfabetização de jovens e adultos até o apoio financeiro às famílias de baixa renda (Instituto Unibanco, 2019).

10

O Plano Estadual de Educação da Paraíba (PEE-PB) para 2015-2025 alinha-se ao Plano Nacional de Educação (PNE), mas com adaptações específicas para atender às necessidades locais. O PEE-PB inclui metas e estratégias voltadas para a formação de professores, a inclusão de grupos vulneráveis, a promoção da igualdade racial e a garantia dos direitos humanos. Este plano destaca a importância da formação continuada dos professores e a necessidade de programas específicos para populações indígenas, quilombolas e ciganas (Instituto Unibanco, 2019).

Em termos de gestão, o governo do estado implementa modelos que incentivam a participação democrática e a autoavaliação contínua nas escolas. Iniciativas como o Prêmio Solução Nota Dez e o Programa Formação pela Escola exemplificam o compromisso com a inovação e a formação contínua de gestores e educadores (Instituto Unibanco, 2019).

A partir de 2019, o governo da Paraíba adotou novas políticas públicas de educação. O Programa Mais Alfabetização visa garantir a alfabetização de crianças na idade certa, oferecendo apoio técnico e pedagógico essencial para o desenvolvimento dessas habilidades fundamentais (Governo da Paraíba, 2024a). Além disso, o Regime Especial de Ensino foi

implementado para garantir a continuidade das atividades escolares durante a pandemia de Covid-19, adaptando-se às necessidades emergenciais do período (Governo da Paraíba, 2024b).

Outro destaque é o Plano Educação para Todos em Tempos de Pandemia (PET-PB), que inclui medidas específicas para manter a educação acessível e eficaz durante crises sanitárias (Governo da Paraíba, 2024c). O programa Cestas Básicas para Alunos busca minimizar a vulnerabilidade alimentar entre estudantes de baixa renda, garantindo que suas necessidades básicas sejam atendidas mesmo fora do ambiente escolar (Governo da Paraíba, 2024d).

Para incentivar a excelência acadêmica, o Desafio Nota 1000 oferece suporte e motivação para os alunos atingirem notas máximas no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) (Governo da Paraíba, 2024e). Já o Primeira Chance cria oportunidades de estágio para jovens estudantes, facilitando a transição do ambiente escolar para o mercado de trabalho (Governo da Paraíba, 2024f). O Desafio Celso Furtado promove a pesquisa e inovação baseadas na obra do renomado economista brasileiro, incentivando uma abordagem crítica e criativa na educação (Governo da Paraíba, 2024g). Programas como o Ouse Criar e Arte em Cena incentivam a criatividade e a expressão artística entre os alunos, promovendo um ambiente escolar mais dinâmico e inclusivo (Governo da Paraíba, 2024h). Além disso, as Escolas Cidadãs Integrais⁸ oferecem uma educação em tempo integral, garantindo uma formação mais completa e abrangente para os estudantes (Governo da Paraíba, 2024i)º.

11

Para preparar os alunos para exames nacionais, o programa Se Liga no Enem PB fornece recursos e apoio específico para o ENEM (Governo da Paraíba, 2024j). A Educação Profissional é fortalecida através de cursos técnicos e profissionalizantes, preparando os estudantes para diversas carreiras e demandas do mercado de trabalho (Governo da Paraíba, 2024k). Finalmente, iniciativas como CRIA e Integra Educação Paraíba buscam integrar diversas etapas e modalidades de ensino, promovendo a cultura e a criatividade nas escolas (Governo da Paraíba, 2024l). Tendo sido apresentados os programas vigentes durante o período de análise, se faz interessante agora compreender os indicadores educacionais do estado, buscando identificar os avanços e os entraves da educação pública paraibana.

⁸ Estudo empírico aponta que modalidade como esta é capaz de reduzir os índices de gravidez ainda em idade escolar. Para maiores informações, ver Benevides (2024).

⁹ Quanto às escolas integrais, destaca-se ainda seus resultados positivos na redução da gravidez na adolescência, que, como se verá, é uma das causas da evasão escolar e da distorção idade-série. Benevides *et al* (2024) aponta que a implementação de escolas integrais para o ensino médio no estado do Ceará levou a uma redução nas taxas de gravidez na adolescência de 1,183 a 1,953 pontos percentuais, dependendo do tempo de exposição, nas cidades tratadas.

3.2 O Ensino Fundamental e Médio na Paraíba: Análise dos Indicadores Educacionais das Escolas Públicas

A análise dos resultados do Ideb para a Paraíba a partir da plataforma QEdU mostra severas fragilidades do sistema educacional público do estado em diferentes características. O desempenho da educação paraibana é historicamente insatisfatório e os problemas atravessam desde o aprendizado adequado dos estudantes até a infraestrutura das escolas.

3.2.1 Aprendizado Adequado

A plataforma QEdU faz uso dos mesmos quatro níveis de proficiência utilizados pela rede estadual de São Paulo para interpretar o Saresp — insuficiente, básico, proficiente e avançado — e compreende enquanto “Aprendizado Adequado” a junção dos níveis *proficiente* e *avançado*. A Tabela 2 abaixo apresenta de maneira resumida a nota necessária no Saeb para cada nível de escolaridade obter taxas satisfatórias de aprendizado adequado.

Tabela 2 - Nota no SAEB necessária para atingir nível necessário de aprendizado adequado

	Matemática	Português
Anos Iniciais - Ensino Fundamental	≥ 225 pontos	≥ 200 pontos
Anos Finais - Ensino Fundamental	≥ 300 pontos	≥ 275 pontos
Ensino Médio	≥ 350 pontos	≥ 300 pontos

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do QEdU (2024).

Ao olharmos para a situação da educação no estado da Paraíba sob a ótica do Aprendizado Adequado, o resultado é preocupante. Para o IDEB de 2021, apenas 39% dos estudantes dos anos iniciais do ensino fundamental da rede estadual de ensino da Paraíba atingiram níveis adequados de aprendizado em português (contra 59% no Brasil) e 23% em matemática (contra 44% no Brasil), com apenas 4% dos alunos atingindo o nível avançado em matemática. Conforme os estudantes atingem uma nova etapa escolar, a situação se torna ainda mais delicada: para os anos finais do ensino fundamental, 26% dos alunos apresentam aprendizado adequado de português e apenas 8% de matemática (contra 38% e 17% para o Brasil, respectivamente). Já nesta etapa, 0% dos avaliados registraram nível de proficiência avançado em matemática e apenas 4% em português no IDEB 2021, dados preocupantes visto que é até essa idade que se solidifica o ensino dos aspectos mais fundamentais das disciplinas.

Finalmente, e de forma mais alarmante, ao final do ensino médio o nível de aprendizado adequado para português é de 24% e para matemática de míseros 2%. Para ambas as disciplinas a taxa de alunos que apresentaram nível de proficiência avançado é de 0%.

Os fatores explicativos dos baixos índices de aprendizado podem ser diversos, a saber: i) fatores socioeconômicos que levam à necessidade de trabalhar ainda na infância para complementar a renda; ii) a falta de infraestrutura escolar, que pode se tornar um ambiente inóspito e desestimulante; iv) reprovação, dentre outros fatores. A literatura¹⁰ aponta que fatores como o *background* familiar também podem contribuir para os baixos níveis de aprendizado, uma vez que pais menos escolarizados tendem a não acompanhar o desempenho escolar dos filhos. Outros fatores determinantes podem ser a proporção professor/alunos e a qualidade de tais professores.

3.2.2 Indicador - Não Aprovação

O indicador de não aprovação congrega as taxas de reprovação e de abandono dos alunos para cada uma das etapas de ensino avaliadas no Ideb. Consideram-se satisfatórias, para os anos iniciais do ensino fundamental, uma taxa de abandono abaixo de 0,2% e uma taxa de reprovação abaixo de 2% (QEdu, 2024).

Para a Paraíba, no ano de 2021 a taxa de abandono nos anos iniciais atingiu o razoável nível de 0,9%, com um crescimento drástico no ano de 2022 para 2,5%. A taxa para o ano de 2022 condiz de maneira mais próxima com aquelas apresentadas até 2019 — 2% em 2019 e 2,3% em 2018 —, último ano antes da pandemia de Covid-19. Assim, é possível que a taxa de 0,9% observada em 2021 fosse ainda reflexo da paralisação escolar e das dificuldades dos agentes censitários de alcançarem todos os estudantes, com o censo escolar de 2022 já apresentando normalidade. Em relação a reprovações, a rede estadual paraibana apresentou uma taxa de apenas 0,9% de reprovação para os anos iniciais em 2022, frente a 0,8% em 2021. Diferentemente do observado para a taxa de abandono, a taxa de reprovação não retornou aos valores pré-pandêmicos — 7% em 2019 e 7,5% em 2018 —, e embora seja difícil afirmar sem avaliação mais profunda do cenário educacional paraibano, a justificativa pode estar numa adaptação das escolas no sistema de aprovação de alunos nos anos iniciais, ou ainda numa necessidade de recuperação dos estudantes no pós-pandemia, não sendo a reprovação um bom estímulo.

¹⁰ Para maiores informações, ver Salata (2019).

Para os anos finais do ensino fundamental, a rede estadual da Paraíba apresentou uma taxa de abandono de 6,9%, a maior desde 2017, quando o estado atingiu 8,3% de abandono escolar. Esse aumento pode também, possivelmente, ser explicado pelas consequências da pandemia: ao analisar-se de forma mais minuciosa, percebe-se que boa parte dos abandonos estão concentrados nos alunos de 8º e 9º anos — 8,1% e 7,6%, respectivamente —, quando os alunos têm, em geral, entre 13 e 15 anos. Conforme já é sabido, é a partir dessa idade que a necessidade de auxiliar na renda familiar ou ainda a gravidez passam a impactar de forma mais direta na trajetória escolar (Observatório de Educação, Instituto Unibanco, 2010). Ainda, estudos mostram que a falta de habilidades referentes ao ensino fundamental é determinante nos anos finais do chamado Ensino Fundamental II (6º ao 9º anos) para a decisão de não ingressar no ensino médio Belluzzo Júnior *et al.* (2011). Em relação à reprovação nesta etapa escolar, a Paraíba apresentou uma taxa de 9,1% em 2022, bem abaixo do observado em anos pré-pandemia mas ainda muito distante do ideal da reprovação como uma política de exceção.

Em relação ao ensino médio, a taxa de reprovação é razoável — 6,7% em 2022 — mas a taxa de abandono é preocupante: 11,2% em 2022, 3,8 pontos percentuais maior que em 2019, quando o indicador apresentava trajetória de queda. As razões para tal aumento são análogas às aquelas apresentadas para os anos finais do ensino fundamental - gravidez e necessidade de complementar renda familiar. Essa última razão provavelmente se tornou ainda mais presente devido à condição socioeconômica do Brasil no pós pandemia, com elevadas taxas de pobreza e fome.

3.2.3 Idade-Série

A distorção idade-série é um indicador que sinaliza a quantidade de alunos, a cada 100, que apresentam dois ou mais anos de atraso escolar, e é muitas vezes considerado um forte estimulante da evasão escolar. Considerando-se a idade de entrada no ensino fundamental como 6 anos e uma trajetória que dura 9 anos ao total, é possível calcular este indicador para todas as séries (Brasil, 2004).

Na rede estadual paraibana de ensino, os anos iniciais do ensino fundamental apresentam uma taxa de 20,5% de distorção idade-série (1 a cada 5 crianças estão com pelo menos dois anos de atraso). Diferente do observado até 2019, quando o 5º ano do ensino fundamental tinha taxas de mais de 30% de distorção e os anos até o 3º apresentaram taxas abaixo de 10%, o censo escolar de 2022 registrou uma homogeneidade maior entre cada série, variando de 15,3%

no 3º ano a 25,5% no 5º ano.

A situação é agravada nos anos finais do ensino fundamental: a cada 100 alunos, 32 estão matriculados em séries dois anos ou mais anteriores à correspondente para sua idade. Para os 8º e 9º anos as porcentagens são de 34,6% e 33,9%, respectivamente; isto é, 1 a cada 3 alunos. Este, como já comentado, é um importante fator para as altas taxas de abandono observadas a partir destas séries, com o desestímulo de seguir os estudos crescendo conforme cresce a distorção idade-série. Um alívio, porém, é o fato de que esta taxa está em queda contínua nos anos recentes, saindo de 41,2% em 2018 para 34,5% em 2021, e finalmente chegando a 31,6% em 2022.

O indicador segue trajetória similar a dos anos finais do ensino fundamental quando analisado para o ensino médio: a cada 100 alunos, 32 sofrem de distorção idade-série. Desde 2008, quando o indicador apresentou uma forte queda em relação ao ano anterior, o indicador para essa etapa de ensino tem apresentado leve queda. A redução das taxas de distorção idade-série ainda está longe da ideal e passa, entre outras coisas, por um desenvolvimento de políticas públicas que unam educação e indicadores de saúde e renda.

As causas da distorção idade-série, conforme estudado por Viana (2015), podem ser atribuídas a fatores extrínsecos relacionados às condições socioeconômicas e familiares das crianças. O estudo de caso realizado no Alto Sertão paraibano revelou que ausências familiares, como a da mãe, e necessidades básicas insatisfeitas, como fome, podem contribuir significativamente para dificuldades de aprendizagem e comportamento, refletindo diretamente na distorção idade-série. Este estudo sugere a complexidade das causas subjacentes, apontando para a necessidade de intervenções que considerem tanto o ambiente escolar quanto o contexto familiar das crianças.

3.2.4 Equidade

O indicador Equidade visa mensurar o nível de aprendizagem em disciplinas como português e matemática, abrangendo os anos iniciais, finais e o ensino médio. Esta avaliação inclui uma análise baseada em critérios socioeconômicos e étnico-raciais, com o propósito de investigar se grupos específicos da população alcançam um patamar satisfatório de aprendizado. Segundo o QEdu (2024), historicamente, indivíduos de menor renda e pessoas negras ainda continuam enfrentando desigualdades tanto em oportunidades educacionais quanto fora do ambiente escolar.

Conforme pesquisas do IBGE (2023) em âmbito nacional quanto ao recorte de raça, torna-se incontestável as falhas por parte das políticas públicas de promoção social que deveriam ser fornecidas com o intuito de minorar a desigualdade de oportunidades no país. Entre as pessoas pretas ou pardas com mais de 15 anos de idade, 7,4% são analfabetas atualmente, enquanto que este número entre pessoas brancas é de apenas 3,4%. E este índice apenas se acentua se olharmos para a população preta e parda do país com mais de 60 anos de idade, pois a taxa de analfabetismo entre estes é de 23,3%, enquanto a mesma taxa para a população branca nesta faixa etária é de 9,3%.

Na Paraíba, o indicador de Equidade reforça que o estado está longe de percorrer um caminho mais igualitário para aqueles que historicamente possuem menos oportunidades. Levando em conta que a meta do Programa Todos Pela Educação é de que 70% dos alunos apresentem aprendizado adequado, o QEdU (2024) revela que apenas 28% dos estudantes negros demonstram aprendizado adequado em Português no ensino médio e 4% em Matemática. Esses números representam uma queda nos índices se comparados aos anos iniciais, onde os resultados são de 29% em Português e 20% em Matemática, respectivamente, revelando um enorme desafio para alcançar a meta estabelecida. Em relação ao recorte socioeconômico, as pessoas com menor poder aquisitivo apresentam um índice de 20% de aprendizado adequado em português e 2% em matemática no ensino médio. Para os anos iniciais, esses índices são de 34% para português e 24% para matemática, respectivamente.

3.2.5 Permanência

O indicador de Permanência Escolar, desenvolvido pela Interdisciplinaridade e Evidências no Debate Educacional (Iede), tem o propósito de medir o percentual de estudantes que passaram pelo sistema educacional e depois o abandonaram. Na Paraíba, de um total de 223 municípios, segundo o último Censo Escolar, apenas 13 têm uma taxa de permanência escolar igual ou superior a 95%. Os demais municípios enfrentam índices preocupantes de abandono escolar.

Apesar da escassez de estudos recentes sobre a evasão escolar na Paraíba, ao analisarmos a situação no país, podemos obter uma visão do que pode estar acontecendo neste estado, uma vez que as crises econômicas afetam diretamente a educação. Conforme dados do IBGE (2023), jovens de 14 a 29 anos que deixaram a escola antes de concluir o ensino médio ou que nunca a frequentaram apontam a necessidade de trabalhar como um dos principais fatores. Essa

realidade é moldada pelas vulnerabilidades socioeconômicas, visto que 40,2% dos jovens brasileiros nessa faixa etária declararam ter abandonado a escola ou nunca a ter frequentado devido à necessidade de trabalho (IBGE, 2023).

3.2.6 Infraestrutura

O índice que mede a qualidade das condições de funcionamento das instalações físicas das escolas é denominado Infraestrutura. Este índice analisa aspectos como a quantidade de escolas dotadas de recursos tais como acessibilidade, bibliotecas, água tratada, esgoto e coleta periódica de lixo, entre outros. Apesar de ser um aspecto fundamental, as instalações das escolas paraibanas deixam a desejar. Apenas 41% delas possuem instalações com acessibilidade, 28% têm bibliotecas, 59% contam com abastecimento de água tratada (proveniente da rede pública) e 37% têm acesso à rede de esgoto público. Ao analisarmos itens como laboratório de informática, laboratório de ciências e quadras de esportes, os índices são ainda mais preocupantes: apenas 18%, 7% e 21%, respectivamente.

Estudos¹¹ indicam que a infraestrutura escolar pode impactar o desempenho escolar, uma vez que os resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica tendem a ser menores em escolas com infraestrutura precária, afetando tanto o trabalho diário dos professores quanto o aprendizado dos alunos. A infraestrutura escolar tem um papel fundamental no processo de aprendizado, conforme demonstrado por Barrett *et al.* (2019) em sua síntese abrangente sobre o impacto da infraestrutura escolar no aprendizado. A pesquisa evidencia que os ambientes físicos de aprendizagem bem projetados estão fortemente correlacionados com melhorias nos resultados educacionais dos alunos. Esta correlação persiste mesmo após ajustes para variáveis como o background socioeconômico dos estudantes. O estudo salienta, ainda, a importância de espaços de aprendizagem planejados de forma eficaz, com a participação ativa de professores, pais e alunos no processo de desenvolvimento da infraestrutura escolar, crucial para a criação de ambientes educacionais eficientes.

Além disso, o estudo destaca a relevância de escolas seguras e saudáveis, apontando para a forte evidência da influência positiva que tais ambientes têm sobre o bem-estar e o desempenho acadêmico dos alunos Barrett *et al.* (2019). A pesquisa também revela o impacto significativo que a infraestrutura escolar tem sobre a comunidade mais ampla, sugerindo que instalações escolares atraentes podem inspirar não somente os alunos, mas também os pais e

¹¹ Para maiores informações, ver Unesco (2019).

outros membros da comunidade, potencializando o impacto educacional e de desenvolvimento da escola na comunidade. A seção a seguir apresenta as considerações finais acerca do presente artigo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como objetivo analisar os indicadores educacionais da Paraíba e compreender os fatores que ajudam a explicar seu desempenho ao longo dos últimos anos, utilizando dados dos Censos Demográficos de 2010 e 2022, do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) e de outras bases oficiais. A análise evidenciou que, embora o estado tenha registrado avanços em alguns indicadores, especialmente na evolução gradual do Ideb, persistem desafios estruturais que limitam a melhoria da qualidade da educação pública.

Os resultados mostram que o desempenho educacional da Paraíba não pode ser compreendido apenas a partir dos indicadores agregados. Aspectos como o baixo nível de aprendizado adequado, as elevadas taxas de abandono escolar no ensino médio, a distorção idade-série, as desigualdades socioeconômicas e étnico-raciais e as deficiências de infraestrutura escolar revelam que o sistema educacional enfrenta problemas multidimensionais, cuja superação demanda políticas públicas integradas e contínuas.

18

Também foi possível verificar que, ao longo do período analisado, foram implementadas diversas políticas educacionais, tanto em parceria com o Governo Federal quanto por iniciativa do governo estadual. Embora essas ações tenham contribuído para avanços em determinados indicadores, os resultados sugerem que sua efetividade ainda é limitada diante da complexidade dos fatores que condicionam o desempenho escolar. Isso reforça que políticas voltadas exclusivamente ao ambiente escolar tendem a produzir efeitos restritos quando não acompanhadas de ações capazes de enfrentar as vulnerabilidades sociais, econômicas e familiares que afetam o processo de aprendizagem e a permanência dos estudantes na escola.

Além de contribuir para o debate sobre a educação na Paraíba, este estudo procura preencher uma lacuna na literatura ao reunir e analisar, de forma integrada, diferentes indicadores educacionais e relacioná-los às políticas públicas implementadas no estado. Espera-se que os resultados apresentados possam subsidiar gestores públicos, pesquisadores e formuladores de políticas educacionais na elaboração de estratégias mais eficazes para a melhoria da qualidade da educação básica.

Por fim, recomenda-se que pesquisas futuras aprofundem a avaliação dos impactos específicos das políticas educacionais estaduais sobre os indicadores de aprendizagem e permanência escolar, bem como incorporem análises em nível municipal, permitindo identificar desigualdades intraestaduais e orientar intervenções mais focalizadas. A melhoria da educação paraibana depende não apenas da ampliação do acesso à escola, mas, sobretudo, da garantia de condições efetivas para que todos os estudantes aprendam, permaneçam na escola e concluam sua trajetória educacional com qualidade.

AGRADECIMENTOS E FINANCIAMENTO

Ambos os autores agradecem o financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

REFERÊNCIAS

BARRETT, Peter *et al.* **The impact of school infrastructure on learning: a synthesis of the evidence.** Washington, DC: World Bank Group, 2019. Disponível em: <https://files.eric.ed.gov/fulltext/ED604388.pdf>. Acesso em: fev. 2024.

BELLUZZO JÚNIOR, José Wilson *et al.* **A relação entre o abandono escolar no ensino médio e o desempenho no ensino fundamental.** 2011. Disponível em: <http://guiajuventudes.azurewebsites.net/index.php#/publicacao/5>. Acesso em: fev. 2024.

BENEVIDES, Alesandra de Araújo; SOUSA, Alan Oliveira; SOUSA, Daniel Tomaz de; MARIANO, Francisca Zilania. Does extending school time reduce the juvenile pregnancy rate? A longitudinal analysis of Ceará State (Brazil). *Economia*, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1108/ECON-11-2023-0192>.

BOF, Alvana Maria; RODRIGUES, Cristiane Guimarães; OLIVEIRA, Alessandra Silva de. **Melhoria da qualidade da educação básica e superação das desigualdades educacionais: aprimoramentos para o novo Plano Nacional de Educação.** Brasília, DF: INEP, 2023. DOI: <https://doi.org/10.24109/9786558011125.ceppe.v8.5767>.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Em 2022, analfabetismo cai, mas continua mais alto entre idosos, pretos e pardos e no Nordeste.* Agência IBGE Notícias, Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37089-em-2022-analfabetismo-cai-mas-continua-mais-alto-entre-idoso-pretos-e-pardos-e-no-nordeste>. Acesso em: jan. 2024.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). *Dicionário de indicadores educacionais.* Brasília, DF: INEP, 2004.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). *Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb).* Brasília, DF: INEP. Disponível em:

<https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/indicadores-educacionais/ideb>. Acesso em: 20 maio 2024.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). *Relatório da amostragem do Saeb 2021*. Brasília, DF: INEP, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/indicadores-educacionais/saeb>. Acesso em: 20 maio 2024.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). *Resultados agregados do Saeb*. Brasília, DF: INEP. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/indicadores-educacionais/resultados-agregados-saeb>. Acesso em: 20 maio 2024.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). *Resultados do Saeb 2021 e Ideb 2021*. Brasília, DF: INEP, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/indicadores-educacionais/ideb>. Acesso em: 20 maio 2024.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). *Resumo técnico do estado da Paraíba: Censo da Educação Básica 2020*. Brasília, DF: INEP, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/acervo-linha-editorial/publicacoes-institucionais/estatisticas-e-indicadores-educacionais/resumo-tecnico-do-estado-da-paraiba-2013-censo-da-educacao-basica-2020>. Acesso em: 10 maio 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. *Governo Federal lança Compromisso Nacional Criança Alfabetizada*. Brasília, DF: MEC, 12 jun. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2023/junho/governo-federal-lanca-compromisso-nacional-crianca-alfabetizada>. Acesso em: 25 maio 2024.

CARA, Daniel; PELLANDA, Andressa. Avanços e retrocessos na educação básica: da Constituição de 1988 à Emenda Constitucional n.º 95. In: **Economia para poucos: impactos sociais da austeridade e alternativas para o Brasil**. São Paulo: Autonomia Literária, 2018.

FERNANDES, Reynaldo. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)**. Brasília, DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2007.

GOVERNO DA PARAÍBA. Mais Alfabetização. João Pessoa: Secretaria de Estado da Educação, 2024a. Disponível em: <https://paraiba.pb.gov.br/diretas/secretaria-da-educacao/programas/mais-alfabetizacao>. Acesso em: 25 maio 2024.

GOVERNO DA PARAÍBA. Regime Especial de Ensino. João Pessoa: Secretaria de Estado da Educação, 2024b. Disponível em: <https://paraiba.pb.gov.br/diretas/secretaria-da-educacao/programas/regime-especial-de-ensino>. Acesso em: 25 maio 2024.

GOVERNO DA PARAÍBA. Plano Educação para Todos em Tempos de Pandemia (PET-PB). João Pessoa: Secretaria de Estado da Educação, 2024c. Disponível em: <https://paraiba.pb.gov.br/diretas/secretaria-da-educacao/programas/plano-educacao-para-todos-em-tempos-de-pandemia-pet-pb>. Acesso em: 25 maio 2024.

GOVERNO DA PARAÍBA. Cestas Básicas para Alunos. João Pessoa: Secretaria de Estado da Educação, 2024d. Disponível em: <https://paraiba.pb.gov.br/diretas/secretaria-da-educacao/programas/cestas-basicas-para-alunos>. Acesso em: 25 maio 2024.

GOVERNO DA PARAÍBA. **Desafio Nota 1000**. João Pessoa: Secretaria de Estado da Educação, 2024e. Disponível em: <https://paraiba.pb.gov.br/diretas/secretaria-da-educacao/programas/desafio-nota-1000>. Acesso em: 25 maio 2024.

GOVERNO DA PARAÍBA. **Primeira Chance**. João Pessoa: Secretaria de Estado da Educação, 2024f. Disponível em: <https://paraiba.pb.gov.br/diretas/secretaria-da-educacao/programas/primeira-chance>. Acesso em: 25 maio 2024.

GOVERNO DA PARAÍBA. **Desafio Celso Furtado**. João Pessoa: Secretaria de Estado da Educação, 2024g. Disponível em: <https://paraiba.pb.gov.br/diretas/secretaria-da-educacao/programas/desafio-celso-furtado-2020>. Acesso em: 25 maio 2024.

GOVERNO DA PARAÍBA. **Ouse Criar**. João Pessoa: Secretaria de Estado da Educação, 2024h. Disponível em: <https://paraiba.pb.gov.br/diretas/secretaria-da-educacao/programas/ouse-criar>. Acesso em: 25 maio 2024.

GOVERNO DA PARAÍBA. **Escolas Cidadãs Integrais**. João Pessoa: Secretaria de Estado da Educação, 2024i. Disponível em: <https://paraiba.pb.gov.br/diretas/secretaria-da-educacao/programas/escolas-cidadas-integrais-1>. Acesso em: 25 maio 2024.

GOVERNO DA PARAÍBA. **Se Liga no Enem PB**. João Pessoa: Secretaria de Estado da Educação, 2024j. Disponível em: <https://paraiba.pb.gov.br/diretas/secretaria-da-educacao/programas/se-liga-no-enem-pb>. Acesso em: 25 maio 2024.

GOVERNO DA PARAÍBA. **Educação Profissional**. João Pessoa: Secretaria de Estado da Educação, 2024k. Disponível em: <https://paraiba.pb.gov.br/diretas/secretaria-da-educacao/programas/educacao-profissional>. Acesso em: 25 maio 2024.

21

GOVERNO DA PARAÍBA. **CRIA**. João Pessoa: Secretaria de Estado da Educação, 2024l. Disponível em: <https://paraiba.pb.gov.br/diretas/secretaria-da-educacao/programas/cria>. Acesso em: 25 maio 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2022: educação: resultados preliminares da amostra**. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. 59 p. (Coleção Ibgeana). Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2102161>. Acesso em: 1 ago. 2026.

INSTITUTO UNIBANCO. **Ensino médio: como aumentar a atratividade e evitar a evasão?** São Paulo: Instituto Unibanco, 2010.

INSTITUTO UNIBANCO. **Panoramas Paraíba**. São Paulo: Instituto Unibanco, 2019. Disponível em: <https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br/cedoc/detalhe/tf-panorama-dos-territorios-paraiba,bd79c6bo-09do-41do-b8dc-af98889a541b>. Acesso em: 25 maio 2024.

OLIVEIRA, Emerson Ademir Borges de; NOGUEIRA, Julia Macedo; ROCHA, Guilherme Aparecido da. O impacto do Estado do bem-estar social e do Estado mínimo no sistema educacional brasileiro. *Revista da Faculdade de Direito do Sul de Minas*, Pouso Alegre, v. 39, n. 2, p. 523-540, jul./dez. 2023.

QEDU. **Evolução do Ideb**. 2024. Disponível em: <https://qedu.org.br/brasil/ideb>. Acesso em: 21 jan. 2024.

SALATA, André. Razões da evasão: abandono escolar entre jovens no Brasil. *Interseções*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p. 99-128, abr. 2019. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/intersecoes/article/view/42305/29407>. Acesso em: fev. 2024.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Prova Brasil: o que é e como se tornou o novo Saeb**. São Paulo: Todos Pela Educação. Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br/noticias/perguntas-e-respostas-voce-sabe-o-que-e-a-prova-brasil/>. Acesso em: 25 maio 2024.

UNESCO. **Qualidade da infraestrutura das escolas públicas do ensino fundamental no Brasil: indicadores com dados públicos e tendências de 2013, 2015 e 2017**. Brasília: UNESCO, 2019. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pfo000368757>. Acesso em: 1 fev. 2024.

VIANA, Bárbara Beatriz. **Distorção idade-série: um estudo de caso no Alto Sertão Paraibano**. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CONEDU), 2., 2015. Campina Grande. **Anais...** Campina Grande: Realize Editora, 2015. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/15773>. Acesso em: fev. 2024.